



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Edição nº 2908/2025

São Luís, 25 de novembro de 2025

**COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

**Pleno**

- Conselheiro Daniel Itapary Brandão - Presidente
- Conselheiro Marcelo Tavares Silva - Vice-Presidente
- Conselheira Flávia Gonzalez Leite - Corregedora
- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Ouvidor
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro-Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto
- Conselheiro-Substituto Osmário Freire Guimarães

**Primeira Câmara**

- Conselheiro Marcelo Tavares Silva - Presidente
- Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
- Conselheiro Substituto Antônio Blecaute Costa Barbosa
- Conselheiro Substituto Osmário Freire Guimarães

**Segunda Câmara**

- Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado - Presidente em exercício
- Conselheira Flávia Gonzalez Leite
- Conselheiro Substituto Melquizedeque Nava Neto

**Ministério Público de Contas**

- Douglas Paulo da Silva - Procurador-Geral
- Jairo Cavalcanti Vieira - Procurador
- Paulo Henrique Araújo dos Reis - Procurador

**Secretaria do Tribunal de Contas**

- Marcelo da Silva Chaves - Secretário Geral
- Iuri Santos Sousa - Secretário de Gestão
- Giordano Mochel Netto - Secretário de Tecnologia e Inovação
- Fábio Alex Costa Rezende de Melo - Secretário de Fiscalização
- Regivânia Alves Batista - Gestor da Unidade de Gestão de Pessoas
- José Jorge Mendes dos Santos - Coordenador de Licitações e Contratos
- Guilherme Cantanhede de Oliveira - Supervisor do Diário Oficial Eletrônico
- João Virgínio da Silva Neto - Chefe da Unidade de Controle Interno

**SUMÁRIO**

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS .....	1
Pleno .....	1
Primeira Câmara .....	1
Segunda Câmara .....	1
Ministério Público de Contas .....	1
Secretaria do Tribunal de Contas .....	1
Presidência .....	2
Portaria .....	2
Gabinete dos Relatores .....	2
Edital de Citação .....	2
Despacho .....	5
Decisão monocrática .....	7
Secretaria de Gestão .....	11
Portaria .....	11
Outros .....	12

**Presidência****Portaria**

PORTARIA TCE/MA Nº 1015, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025.

Concessão de afastamento, diárias e passagens aéreas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 85, inciso VII, da Lei 8.258 de 06 de junho de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento ao servidor Iuri Santos Sousa, matrícula nº 10538, Auditor Estadual de Controle Externo, ora exercendo a Função de Confiança de Secretário de Gestão deste Tribunal, para participar 133º Fórum Nacional de Secretários de Estado da Administração, CONSAD EXPRESS, que se realizará nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2025, na cidade de Bento Gonçalves/RS, conforme Processo SEI/TCE/MA nº 25.000271.

Art. 2º Conceder 04 (quatro) diárias.

Art. 3º Conceder e passagens aéreas no trecho São Luís/Porto Alegre/São Luís.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 24 de novembro de 2025.

Conselheiro Daniel Itapary Brandão  
Presidente

**Gabinete dos Relatores****Edital de Citação**

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de trinta (30) dias

Processo nº 3495/2025

Natureza: Tomada de Contas Especial

Exercício financeiro: 2024

Órgão de Origem : Secretaria de Estado de Saúde do MA.

Responsável: Maria Deusa Lima Almeida

O Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado, na forma dos §§ 2º e 4º, inciso II, do art. 127 da Lei Estadual nº 8.258 de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias, que, por este meio, CITA a Senhora Maria Deusa Lima Almeida, CPF nº 855.025.613-72, não localizado em citação anterior pelos correios, para os atos e termos do Processo nº 3495/2025, que trata da Tomada de Contas Especial, na qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às irregularidades enumeradas no Relatório de Instrução nº 5623/2025. Fica a responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido Relatório de Instrução no prazo estipulado, será considerada revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do artigo 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, e afixado, juntamente com cópia do Relatório de Instrução nº 5623/2025, na portaria da sede deste Tribunal de Contas, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 25/11/2025.

Conselheiro Relator JOSÉ DE RIBAMAR CALDAS FURTADO

Relator

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado

Em 25 de novembro de 2025 às 13:02:22

GCONS/MNN - Gabinete de Conselheiro / Melquize deque Nava Neto

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo de trinta dias

Processo nº 3052/2025-TCE/MA

Natureza: Denúncia

Espécie: Cidadão

Exercício financeiro: 2024

Entidade: Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA

Responsável: Jerônimo Antônio Mendes Júnior – Secretário Municipal de Agricultura Familiar, Abastecimento, Indústria, Comércio, Pesca e Meio Ambiente, no exercício financeiro de 2024

Relator: Conselheiro Melquize deque Nava Neto

Considerando a Portaria TCE/MA nº 205, de 27 de fevereiro de 2025, o Conselheiro Melquize deque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual nº 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias, que, por este meio, CITA o Senhor Jerônimo Antônio Mendes Júnior, CPF nº 708535843-20, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 3052/2025-TCE/MA, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas no Relatório de instrução nº 4474/2025-NUFIS2-LIDER4, deste Tribunal, constante do mencionado processo. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerado revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 3052/2025-TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico do TCE/MA ([www.tcema.tc.br](http://www.tcema.tc.br)) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital.

Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 18/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro-Substituto Melquize deque Nava Neto

**EDITAL DE CITAÇÃO****Prazo de trinta dias**

Processo nº 5545/2022-TCE (Processo Digital)

Natureza: Representação

Exercício financeiro: 2022

Entidade: Município Axixá/MA

Responsável: Maria Sônia Oliveira Campos

Relator: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

O Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão, na forma dos §§ 2º e 4º, inciso II, do art. 127 da Lei Estadual nº 8.258, de 06 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo 30 (trinta) dias, que, por este meio, CITA a Senhora Maria Sônia Oliveira Campos, Prefeita, não localizada em citação anterior pelos correios, para os atos e termos do Processo nº 5545/2022, que trata da Representação formulada pela Empresa Kadosh Serviços Corporativos Ltda, do exercício financeiro de 2021, junto à Ouvidorias das Promotorias Públicas do Estado do Maranhão, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às irregularidades enumeradas no Relatório de Instrução nº 810/2023 – NUFIS 2/LIDER 4.

Fica o gestor ciente de que, não comparecendo para contestar o referido Relatório de Instrução no prazo estipulado, será considerada revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente Edital será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, na parte destinada às publicações dos Relatores, e afixado na portaria da sede deste Tribunal de Contas, na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital. Expedido nesta Cidade de São Luís/MA, em 25 de novembro de 2025.

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Relator

GCONS/MNN - Gabinete de Conselheiro / Melquizedeque Nava Neto

**EDITAL DE CITAÇÃO****Prazo de trinta dias**

Processo nº 3038/2025-TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Auditoria

Exercício financeiro: 2024

Entidade: Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão/MA

Responsável: Kaue Klin Leite e Silva – Controlador-Geral, no exercício financeiro de 2024

Relator: Conselheiro Melquizedeque Nava Neto

Considerando a Portaria TCE/MA nº 205, de 27 de fevereiro de 2025, o Conselheiro Melquizedeque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual nº 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias, que, por este meio, CITA o Senhor Kaue Klin Leite e Silva, CPF nº 615.678.993-66, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 3038/2025-TCE/MA, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas no Relatório de instrução nº 5709/2025-GEFIS 1/LIDER-1, deste Tribunal, constante do mencionado processo. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerado revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 3038/2025-TCE/MA ficará

à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico do TCE/MA (www.tcema.tc.br) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital.  
Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 24/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Em 24 de novembro de 2025 às 13:16:16

GCONS/MNN - Gabinete de Conselheiro / Melquizedeque Nava Neto  
EDITAL DE CITAÇÃO  
Prazo de trinta dias

Processo nº 3038/2025-TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Auditoria

Exercício financeiro: 2024

Entidade: Prefeitura Municipal de Altamira do Maranhão/MA

Responsável: Erdonaldo Sousa Ribeiro – Secretário de Educação, no exercício financeiro de 2024

Relator: Conselheiro Melquizedeque Nava Neto

Considerando a Portaria TCE/MA nº 205, de 27 de fevereiro de 2025, o Conselheiro Melquizedeque Nava Neto, na forma do §2º e §4º, inciso II, do art.127 da Lei Estadual nº 8.258 de 6 de junho de 2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Estado do Maranhão) e do art. 290 do Regimento Interno deste Tribunal, faz saber a tantos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, com prazo de 30 (trinta) dias, que, por este meio, CITA o Senhor Erdonaldo Sousa Ribeiro, CPF nº 437.893.153-20, não localizado em citação anterior pelos Correios, para os atos e termos do Processo nº 3038/2025-TCE/MA, no qual figura como responsável, em especial para apresentar defesa quanto às ocorrências enumeradas no Relatório de instrução nº 5709/2025-GEFIS 1/LIDER-1, deste Tribunal, constante do mencionado processo. Fica o responsável ciente de que, não comparecendo para contestar o referido relatório no prazo estipulado, será considerado revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento normal ao processo, nos termos do § 6º do art. 127 da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas, presumindo-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo corpo técnico.

O presente EDITAL será publicado, na forma da lei, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, na parte destinada às publicações dos Relatores e o Processo nº 3038/2025-TCE/MA ficará à disposição de Vossa Senhoria ou procurador habilitado, por meio do site eletrônico do TCE/MA (www.tcema.tc.br) ou na sede deste Tribunal de Contas, localizado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/nº, Jaracaty, nesta cidade de São Luís/MA, onde serão recebidas petições do responsável e/ou de interessados, considerando-se perfeita a citação tão logo decorram os trinta dias da publicação deste Edital.

Expedido nesta Cidade de São Luís/MA em 24/11/2025.

Assinado Eletronicamente Por:  
Conselheiro-Substituto Melquizedeque Nava Neto  
Em 24 de novembro de 2025 às 13:16:16

## Despacho

Processo: 5735/2025-TCE

Natureza: Prestação de Contas Anual de Gestores

Espécie: Órgão Superior da Administração Direta

Exercício: 2024

Unidade: Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária do Maranhão (SETRES)

Responsável: Luis Henrique Silva de Sousa - Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

DESPACHO GCSUB1-ABCB N.º 184/2025

De ordem do Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa, ante o disposto no art. 150 do Regimento

Interno deste Tribunal de Contas, defere-se o pedido de prorrogação, pelo prazo de trinta dias, até 26/12/2025, para apresentar defesa relativa às ocorrências consignadas no inteiro teor do Relatório de Instrução n.º 6276/2025 – GEFIS3/LIDER9, de 25/09/2025, encaminhado ao responsável através do Ofício n.º 455/2025-GCSUB1/ABCB, de 14/10/2025.

Para o exercício da ampla defesa, ficará o Processo n.º 5735/2025-TCE à inteira disposição do Gestor para vista, ou ao dispor de seu procurador devidamente habilitado perante este Tribunal de Contas.

Caso não seja oferecida defesa no prazo estabelecido, serão presumidos aceitos como verdadeiros os fatos constatados, dando-se prosseguimento normal ao processo, na forma do § 6.º do art. 127 da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005.

São Luís/MA, 19 de novembro de 2025.

Maria da Glória Serra Pereira

Chefe de Gabinete

Auditora Estadual de Controle Externo

Assessor de Conselheiro-Substituto I

GCONS5/MTS - Gabinete de Conselheiro V / Marcelo Tavares Silva

Processo nº: 4668/2025 - TCE/MA

Natureza: Denúncia

Ente da Federação: Gabinete do Prefeito de Presidente Sarney

Exercício financeiro: 2025

Responsável: Alberto Gilson Moraes de Sousa

Procurador constituído: Adriana Santos Matos – OAB/MA 18.101

Relator: Conselheiro Marcelo Tavares Silva

#### DESPACHO

Trata-se de Denúncia, apresentada por cidadão em desfavor do Senhor Alberto Gilson Moraes de Souza, Prefeito Municipal de Presidente Sarney/MA, no exercício financeiro de 2025, consubstanciada no presente processo.

Após a instrução preliminar, foi determinada a citação do gestor responsável para apresentar defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, realizada através do Ato de Citação nº 280/2025, recebido em 12.11.2025. De forma tempestiva (24.11.2025), o Senhor Alberto Gilson Moraes de Sousa solicitou prorrogação do referido prazo, com fundamento na legislação desta Corte de Contas.

Destafeita, com fulcro no art. 127, §4º, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Maranhão, DEFIRO o pedido de prorrogação do prazo de defesa, pleiteado pelo Senhor Alberto Gilson Moraes de Sousa, concedendo-lhe mais 30 (trinta) dias, a contar do dia subsequente ao encerramento do prazo inicial, para apresentar sua defesa.

Dê-se ciência à parte, por meio da publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

São Luís/MA, data do sistema.

Conselheiro MARCELO TAVARES SILVA

Relator

Assinado Eletronicamente Por:

Conselheiro Marcelo Tavares Silva

Em 25 de novembro de 2025 às 11:41:41

Processo: 3225/2025-TCE

Natureza: Prestação de Contas Anual de Governo

Espécie: Prefeito Municipal

Exercício: 2024

Unidade: Gabinete do Prefeito de Campestre do Maranhão/MA

Responsável: Fernando Oliveira da Silva – Prefeito

DESPACHO GCSUB1-ABCB N.º 183/2025

De ordem do Conselheiro-Substituto Antonio Blecaute Costa Barbosa, ante o disposto no art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, defere-se o pedido de prorrogação, pelo prazo de trinta dias, até 19/12/2025, para apresentar defesa relativa às ocorrências consignadas no inteiro teor do Relatório de Instrução n.º

7313/2025 – GEFIS3, de 23/09/2025, encaminhado ao responsável através do Ofício n.º 411/2025-GCSUB1/ABCB, de 29/09/2025.

Para o exercício da ampla defesa, ficará o Processo n.º 3225/2025-TCE à inteira disposição do Gestor para vista, ou ao dispor de seu procurador devidamente habilitado perante este Tribunal de Contas.

Caso não seja oferecida defesa no prazo estabelecido, serão presumidos aceitos como verdadeiros os fatos constatados, dando-se prosseguimento normal ao processo, na forma do § 6.º do art. 127 da Lei n.º 8.258, de 6 de junho de 2005.

São Luís/MA, 17 de novembro de 2025.

Maria da Glória Serra Pereira

Chefe de Gabinete

Auditora Estadual de Controle Externo

Assessor de Conselheiro-Substituto I

### **Decisão monocrática**

GCONS2/JJJP - Gabinete de Conselheiro II / João Jorge Jinkings Pavão

Processo: Diversos (discriminados em anexo)

Natureza: Diversas (discriminadas em anexo)

Espécie: Diversas (discriminadas em anexo)

Exercício financeiro: Diversos (discriminados em anexo)

Responsável: Diversos (discriminados em anexo)

Procurador constituído: Diversos (discriminados em anexo)

Ministério Público de Contas: Diversos (discriminados em anexo)

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

**DECISÃO MONOCRÁTICA PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Nº 39/2025/GCONS2/JJJP.**  
**DECISÃO MONOCRÁTICA PELA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE Nº 39/2025/GCONS2/JJJP.**  
**RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 2º-A DA RESOLUÇÃO TCE/MA Nº 383/2023, DE 26 DE ABRIL DE 2023, ACRESCIDO PELA RESOLUÇÃO TCE/MA Nº 406, DE 14 DE AGOSTO DE 2024. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. INTELIGÊNCIA DO ART. 6º DA RESOLUÇÃO TCE/MA Nº 410/2024, COM OBSERVÂNCIA DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO ESTABELECIDO NO §4º, ATRAVÉS DA PORTARIA TCE/MA Nº 447, DE 21 DE MAIO DE 2025. ARQUIVAMENTO SUMÁRIO DOS AUTOS.**

Tratam-se dos processos prescritos na modalidade intercorrente, com os respectivos atributos identificados na relação abaixo, conforme preconizam os §§ 1º e 2º do art. 6º da Resolução TCE/MA Nº 410/2024.

Em análise ao Sistema de Processo Eletrônico – SPE, verifico que os referidos processos permaneceram paralisados por mais de 3 (três) anos sem informações de que foram adotados, nesse período, quaisquer atos inequívocos de apuração dos fatos ou mesmo impulsionamento processual, que pudessem justificar eventual interrupção do prazo prescricional.

Atendendo ao comando do § 1º do art. 6º da Resolução TCE/MA Nº 410/2024, os respectivos autos foram enviados ao Ministério Público de Contas, que se manifestou pelo reconhecimento da prescrição na modalidade intercorrente.

Desse modo, reconhecer a incidência da prescrição intercorrente da pretensão punitiva e ressarcitória deste Tribunal nos processos abaixo identificados é matéria que se impõe, nos termos do art. 2º-A da Resolução TCE/MA Nº 383/2023.

Com efeito, registro que este Tribunal de Contas, em homenagem aos princípios da racionalização e da simplificação no julgamento dos processos de contas alcançados pela prescrição intercorrente, editou a Resolução TCE/MA Nº 410/2024, que promoveu a possibilidade de apreciação sumária da matéria por ato monocrático do Relator, contendo a relação dos processos prescritos em tal modalidade, com seus respectivos atributos identificadores, senão vejamos:

“ Art. 6º. Os processos de contas abrangidos pelo art. 2º-A da Resolução TCE/MA Nº 383, de 26 de abril de 2023, acrescido pela Resolução TCE/MA Nº 406, de 14 de agosto de 2024, que trata da incidência da prescrição intercorrente, deverão ser sumariamente arquivados pelos respectivos relatores, por delegação do Pleno do

Tribunal de Contas, segundo os termos do art. 14, §3º, da Lei nº 8.258, de 6 de junho de 2005.

§1º. Mediante a identificação de todos os processos nessa situação sob sua relatoria, ato monocrático de cada relator formalizará a decisão definitiva autorizada na forma do caput deste artigo, após a manifestação do Ministério Público de Contas.

§2º A decisão de cada relator, contendo a relação dos processos prescritos na modalidade intercorrente, com os respectivos atributos identificadores, deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, para todos os efeitos legais.”

Ante o exposto, e considerando os novos procedimentos para o exame da prescrição intercorrente nos processos de controle externo em curso neste Tribunal, acolho o parecer do Ministério Público de Contas, para julgar monocraticamente os processos abaixo identificados, no sentido de:

1. Declarar a prescrição intercorrente de qualquer pretensão punitiva e de ressarcimento contida nos referidos autos (conforme relação abaixo), de responsabilidade dos gestores listados em anexo, nos exercícios financeiros respectivamente assinalados, julgando-os extintos com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil, c/c o art. 144 da Lei nº 8.258/2005, c/c art. 2º-A da Resolução TCE/MA nº 383/2023, bem como pelo art. 6º da Resolução TCE/MA nº 410/2024, em virtude do transcurso superior ao prazo prescricional de 03 (três anos), sem julgamento ou despacho;

2. Publicar esta decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, para que produza os devidos efeitos legais, especialmente quanto à notificação dos responsáveis, nos termos do art. 141 da Lei nº 8.258/2005;

3. Após, remeter os presentes autos à Secretaria das Sessões para certificar o trânsito em julgado e posterior arquivamento.

Cumpra-se.

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão  
Relator

Assinado Eletronicamente Por: Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão Em 25 de novembro de 2025 às 12:52:12

#### ANEXO - RELAÇÃO DE PROCESSOS PRESCRITOS

1) Processo n.º 13910/2016 TCE/MA

Natureza: Tomada de Contas Especial

Espécie: Outros

Exercício: 2014

Entidade: Gabinete do Prefeito de Viana

Responsáveis: Francisco de Assis Castro Gomes e Danielle Vieira Jansen

Procuradores Constituídos: Daniel Lima Cardoso, advogado, OAB/MA 13334, Hilberth Carlos Pinheiro Lobo, advogado, OAB/MA 13868, Iana Paula Pereira de Melo, advogada, OAB/MA 12704 e Thiago de Sousa Castro, advogado, OAB/MA 11657

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

2) Processo n.º 2807/2020 TCE/MA

Natureza: Prestação de Contas Anual de Gestores

Espécie: Administração Direta

Exercício: 2019

Entidade: Gabinete do Prefeito de Vargem Grande

Responsável: José Carlos de Oliveira Barros

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

3) Processo n.º 4151/2020 TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros



---

Exercício: 2020

Entidade: Gabinete do Prefeito de Turiaçu

Responsável: Joaquim Umbelino Ribeiro

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

4) Processo n.º 2919/2020 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Estatais (empresa pública e sociedade de economia mista)

Exercício: 2019

Entidade: Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Timon

Responsável: Marco Antonio Fonseca Ferreira Filho

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

5) Processo n.º 1495/2019 TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Outros acompanhamentos

Exercício: 2019

Entidade: Gabinete do Prefeito de Timon

Responsável: Luciano Ferreira de Sousa

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

6) Processo n.º 13909/2016 TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros

Exercício: 2014

Entidade: Gabinete do Prefeito de Timon

Responsável: Luciano Ferreira de Sousa

Procuradores Constituídos: Janelson Moucherek Soares do Nascimento, advogado OAB/MA 6499 e Ludmila Rufino Borges Santos, advogada, OAB/MA 7241

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

7) Processo n.º 2198/2020 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Administração Direta

Exercício: 2019

Entidade: Gabinete do Prefeito de São Vicente Ferrer

Responsável: Conceição de Maria Pereira Castro

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

---

8) Processo n.º 1490/2019 TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Outros acompanhamentos

Exercício: 2019

Entidade: Gabinete do Prefeito de São Vicente Ferrer

Responsável: Conceição de Maria Pereira Castro

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

## 9) Processo n.º 2845/2018 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Órgão superior da administração direta

Exercício: 2017

Entidade: Gabinete do Prefeito de São Raimundo das Mangabeiras

Responsável: Rodrigo Botelho Melo Coelho

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

## 10) Processo n.º 3505/2019 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Órgão superior da administração direta

Exercício: 2018

Entidade: Gabinete do Prefeito de São Félix de Balsas

Responsável: Marcos Dias Pontes

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

## 11) Processo n.º 4831/2014 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Outros fundos públicos

Exercício: 2013

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Luzia do Paruá

Responsáveis: Eunice Boueres Damasceno e Leda Licia Pinheiro Sousa

Procuradores Constituídos: Antônio Guedes de Paiva Neto, advogado, OAB/MA 7180, e Josivaldo Oliveira Lopes, advogado,

OAB/MA 5338

Ministério Público de Contas: Procurador Douglas Paulo da Silva

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

## 12) Processo n.º 2861/2012 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Outros fundos públicos

Exercício: 2011

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Santa Luzia do Paruá

Responsáveis: Antonio Alerimar Rodrigues Lima e Olga Rodrigues de Souza

Procuradores Constituídos: Samara Santos Noletto, advogado, OAB/MA 12966, e Francisco Cavalcante Carvalho, CPF nº 002.471.093- 80

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

13) Processo n.º 2280/2014 TCE/MA

Natureza: Prestação de contas anual de gestores

Espécie: Presidente da Câmara de Vereadores

Exercício: 2013

Entidade: Câmara Municipal de Riachão

Responsável: Aruilton Paz Gomes

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

14) Processo n.º 1280/2019 TCE/MA

Natureza: Fiscalização

Espécie: Outros acompanhamentos

Exercício: 2019

Entidade: Gabinete do Prefeito de Ricahão

Responsável: Joab da Silva Santos

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Jairo Cavalcanti Vieira

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

15) Processo n.º 5379/2018 TCE/MA

Natureza: Representação

Espécie: Outros

Exercício: 2018

Entidade: Gabinete do Prefeito de Chapadinha

Responsável: Magno Augusto Bacelar Nunes

Procuradores Constituídos: Sem Procurador

Ministério Público de Contas: Procurador Paulo Henrique Araújo dos Reis

Relator(a): Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão

Observação: O processo em análise permaneceu paralisado por mais de três anos sem julgamento ou despacho que dessem causa suspensiva ou interruptiva da prescrição intercorrente.

## Secretaria de Gestão

### Portaria

PORTARIA TCE/MA Nº 1021, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

Alteração de férias do servidor.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar 15 (quinze) dias das férias relativas ao exercício de 2024, da servidora Maria José Costa Ferreira Maia, matrícula nº 13060, ora exercendo o Cargo em Comissão de Assistente de Ouvidoria deste Tribunal, anteriormente concedidas pela Portaria nº 537/2025, ficando o referido gozo para o período de 17/11 a 01/12/2025, nos termos do Processo SEI nº 25.002336.

Publique-se e cumpra-se.

---

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Iuri Santos Sousa  
Secretário de Gestão

**PORTARIA TCE/MA Nº 1020, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Alteração de férias de servidor.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar, nos termos do art. 12 da Resolução nº 305/2018, 09 (nove) dias das férias relativas ao exercício 2025, da servidora Sônia Regina Machado Tobias, matrícula nº 8458, Auditora Estadual de Controle Externo deste Tribunal, anteriormente concedidas pela Portaria nº 879/2025, ficando o referido gozo para o período de 19 a 27/02/2026, nos termos do Processo SEI nº 25.002285.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Iuri Santos Sousa  
Secretário de Gestão

**PORTARIA TCE/MA Nº 1019, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Interrupção e remarcação de férias de servidor

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Interromper, nos termos da Resolução nº 305/2018/ TCE/MA, 29 (vinte e nove) dias das férias relativas ao exercício de 2024, do servidor João Batista Rodrigues Maia Filho, matrícula nº 5496, Agente de Administração da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDES, ora à disposição deste Tribunal, anteriormente concedidas pela Portaria nº 855/2024, ficando o referido gozo para os períodos de 03 a 16/03/2025 e 17/11 a 01/12/2025, nos termos do Processo SEI/TCE-MA nº 25.002337.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 25 de novembro de 2025.

Iuri Santos Sousa  
Secretário de Gestão

**PORTARIA Nº 1008, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025**

Concessão de afastamento por falecimento de pessoa da família.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe confere a portaria nº 1328, de 27 de novembro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 153, inciso I, alínea “g” da Lei nº 6.107/94, ao servidor Emílio Cesar da Silva Faray, matrícula nº 14464, ora exercendo o Cargo em Comissão de Assessor Chefe de Assessoria de Cerimonial, 8 (oito) dias de afastamento por motivo de falecimento da sua genitora, no período de 04/11/2025 a 11/11/2025, conforme Processo SEI/TCE-MA nº 25.002393.

Publique-se e cumpra-se.

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, em São Luís, 19 de novembro de 2025.

Iuri Santos Sousa  
Secretário de Gestão

---

**Outros**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2024

---

---

–SUPEC/COLIC/TCE-MA; PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI/TCEMA Nº 24.000591; PARTES: Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e a empresa SOLUCCI DISTRIBUIDORA & SERVIÇOS LTDA CNPJ: 28.742.388/0001-15; OBJETO DO CONTRATO: O Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de consumo, tipo papel A4 e papel kraft, destinados ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da especificação do item 02 da Ata de Registro de Preços nº 012/2024 – SUPEC/COLIC-TCE/MA, referente ao produto Papel Kraft, em razão da descontinuidade da fabricação da gramatura originalmente registrada (120 g/m<sup>2</sup>), conforme solicitação da contratada e parecer técnico favorável; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 124, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais não modificadas pelo presente Termo de Aditamento. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente. DATA DA ASSINATURA: 19/11/2025 São Luís, 25 de novembro de 2025. Juliana Barbalho D. e S. Coelho, SUPEC/COLIC/TCE/MA.